

Uma Escola Politécnica no Contexto Brasileiro

Cátia Guimarães¹

Isabel Brasil²

Márcia Valéria Morosini³



Ao longo de seus 25 anos de existência, a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (EPSJV/Fiocruz) sabe que a história humana não é natural, que é preciso educar para a liberdade e para a emancipação, que o capitalismo é dinâmico mas, por definição, concentra riqueza social e promove pobreza e desigualdade. E que o horizonte de uma formação crítica, socialista e democrática é o norte necessário de nosso trabalho de todo dia. Este princípio político e ético torna imprescindível pensar as rupturas e continuidades de uma certa tradição crítica na saúde e nos serviços e na formação dos trabalhadores de nível médio e fundamental da saúde no Brasil, o que implica uma crítica rigorosa ao mundo da mercadoria, com seus fetiches e formas de alienação, trabalhando no sentido de um conceito e uma prática de saúde que se afastem da visão nefasta do corpo humano, da doença e da cura como abstrações, mercadorias entre mercadorias, impessoais e desumanizadas. Cabe marcar, nesse sentido, a imensa distância que separa a figura do consumidor, de mercadorias e serviços, do cidadão, trabalhador, sujeito social qualificado, que participa de uma esfera democrática da produção de direitos, não apenas formais e retóricos, mas como realidade na vida cotidiana dos que vivem e trabalham no país.

¹ Coordenadora da Coordenação de Comunicação, Divulgação e Eventos da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

² Vice-diretora de Ensino e Informação da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz.

³ Diretora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Construindo sua história na Fundação Oswaldo Cruz, lugar de ciência, saber e trabalho instituídos em prol da sociedade brasileira, particularmente, da saúde pública, a EPSJV — através do ensino, da pesquisa e da participação política no espaço público — tem refletido, produzido e veiculado conhecimento sobre a conflituosa e contraditória relação entre as políticas de trabalho, de educação e de saúde — objetos dos outros textos que compõem este livro — e suas inflexões sobre a formação do trabalhador. As perguntas que nos colocamos neste momento da nossa história podem ser assim traduzidas: de que forma a educação dos trabalhadores da saúde reflete as principais políticas praticadas nos últimos 25 anos? Em quais cenários — políticos, econômicos e sociais — é gerada a formação profissional no campo da saúde? Qual o papel desempenhado pela EPSJV nesse período?

Contexto de origem e politecnicidade: pela democracia, contra o capital

A criação da EPSJV se dá em 1985, engendrada, em grande parte, pela reconstrução da sociedade no Brasil depois de encerrada a ditadura civil-militar, consolidada a retomada do debate público, a reorganização dos movimentos sociais e a reorientação da disputa política — processo que pode ser aqui referido à Constituição promulgada em 1988, assim como, por exemplo, à criação do Fórum Nacional em defesa da Escola Pública e a realização das Conferências Nacionais de Saúde.

O cenário do período em questão é marcado pela herança do modelo político e econômico da ditadura, sofrendo as consequências da adesão à nova ordem do capitalismo mundial, que atravessa a crise do petróleo na década de 1970 para, em seguida, aderir ao modelo neoliberal como maneira de dar respostas à crise, desmontando conquistas importantes dos trabalhadores e reestruturando a forma de produção do próprio capitalismo. Cabe lembrar que, já em meados dos anos 70, a crise do petróleo e a alta internacional dos juros faziam ruir o ilusório “milagre brasileiro”, resultando em aumento da dívida externa e da já alta concentração de renda no país. A década de 1980 mostra o aprofundamento da crise, gerando inflação fora de controle, desequilíbrio na balança de pagamentos e praticamente bloqueando o crescimento econômico — no começo da década de 1990, a produção industrial era praticamente a mesma de dez anos antes.

Foi nesses anos 1980, por muitos considerados uma “década perdida” em relação à economia, que aconteceu a 8ª Conferência Nacional de Saúde (CNS) que, com o tema “Democracia e Saúde”, tornou-se referência importante para as políticas governamentais nessa área, principalmente, a partir dos debates que se deram em diversos grupos da sociedade, enfatizando a defesa dos direitos civis. Como se sabe, essa Conferência teve papel central na construção dos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS), cuja formulação se encontra no corpo da Constituição de 1988.

As dificuldades que a saúde — mesmo institucionalizada no SUS —, a educação e o trabalho teriam nos anos seguintes reforçam a certeza de que a democracia reivindicada pela 8ª CNS, de forma associada à saúde, precisava falar contra a ditadura civil-militar, adversário maior daquele momento histórico, mas tinha que ir além. A concepção politécnica de educação na saúde, e o projeto de sociedade ao qual ela responde, parece adequado e necessário tanto às lutas contra regimes autoritários e em defesa dos direitos sociais a partir das brechas do sistema — contexto de criação da EPSJV — quanto ao contexto seguinte, em que a onda neoliberal ameaçou — e de fato abalou substancialmente — a manutenção desses mesmos direitos no Brasil e no mundo. Isso porque nos fundamentos da ideia de politecnia está a defesa dos trabalhadores, oprimidos como classe, e a superação do modo de produção capitalista — que é sempre protagonista, seja num dito Estado de Bem-estar Social ou num modelo neoliberal, em que os direitos são mais claramente suprimidos, seja no autoritarismo militar ou na exploração econômica pseudodemocrática. Falar em politecnia significa, portanto, na década de 1980 ou agora, 25 anos depois, compreendendo a materialidade histórica de cada momento, investir numa formação voltada para a liberdade dos trabalhadores e a construção de uma sociedade de democracia plena — aquela que só é possível na igualdade, como projeto coletivo.

Na EPSJV, a educação politécnica é uma concepção que dialoga com as circunstâncias societárias atuais deixando explícita a sua visão de mundo. Entende que o trabalhador se educa no conflito e na contradição, e que a retomada, pela classe trabalhadora, dos saberes elaborados pela humanidade serve de instrumento para a luta contra a divisão social do trabalho e a dominação. Entende que a educação dos trabalhadores não deve ser reduzida ao domínio do processo de trabalho. Postula que o processo de trabalho desenvolva, em uma unidade indissolúvel, os aspectos manuais e intelectuais, pois são características intrínsecas e concomitantes no trabalho humano. Entende, por fim, que a separação

dessas funções é um produto histórico-social, expressão da divisão social e intelectual do trabalho no marco do capitalismo.

Como nos lembra Frigotto

No plano teórico, a perspectiva da educação politécnica ou tecnológica (sentido marxiano) não apenas traduz os elementos básicos de uma educação democrática e socialista mas, contraditoriamente, em termos capitalistas, é a que pode oferecer uma efetiva qualidade em termos de desenvolvimento no plano científico e tecnológico. Ou seja, não é mediante a fragmentação, diferenciação, especialismo e receituários fáceis de desenvolvimento de competências e habilidades para respostas *ad hoc* à noção abstrata de “mercado de trabalho” que se preparam as gerações de jovens para desenvolver as *atividades cerebrais*. (FRIGOTTO, 1999, p. 55)

Trata-se de formar profissionais na teoria em um processo em que se aprende praticando, mas, ao praticar, se compreendem os princípios científicos que estão direta e indiretamente na base desta forma de se organizar o trabalho na sociedade (EPSJV, 2005). Trazendo para a experiência específica da formação em saúde, a prática realizada nos serviços é tida como elemento significativo e estruturante no currículo, porém, isso não significa que todas as fases do processo educativo se deem nos serviços de saúde. A educação politécnica praticada na EPSJV entende a qualificação profissional como processo de construção individual e coletivo, em que os indivíduos se qualificam ao longo das relações sociais (EPSJV, 2005).

A Escola Politécnica tem construído sua história de atuação e luta na educação profissional em saúde baseada na concepção de que este é um campo fundamental ao desenvolvimento da educação e da saúde pública. Compreende que os trabalhadores da saúde — como a classe trabalhadora em geral — podem e devem atuar como dirigentes, sujeitos autores do processo histórico e, para isso, precisam ser capazes de se associar no sentido da construção de um projeto societário universal e emancipador que efetivamente concretize e amplie os princípios inscritos no Sistema Único de Saúde. Nessa perspectiva, como a humanidade se conforma social e culturalmente perante os processos do modo de produção vigente, a formação humana se insere na luta entre capital e trabalho.

No campo da educação e da produção consciente e articulada de conhecimento, cujo objetivo seja a formação de profissionais de nível médio na área de saúde no Brasil, a educação politécnica, tendo o trabalho como princípio educativo, trava diálogos com outras concepções que lutam pela formação em

saúde, como o ensino em serviço, a educação popular em saúde (destaque para a Educação do Campo) e a educação permanente — movimentos contemporâneos à Escola Politécnica mas que, nos seus diferentes formatos, estavam presentes também no cenário brasileiro da educação profissional em saúde já antes da sua criação.

Já em 1982 o Ministério da Saúde, através da Secretaria de Recursos Humanos, produzia documentos críticos aos treinamentos formulados pelas próprias empresas empregadoras, a exemplo do que ocorria nas indústrias. A crítica se dá em relação à

a) inexistência ou inadequação da metodologia de integração ensino-serviço; b) ausência de mecanismos de legitimação que garantissem o fornecimento de certificados de profissionalização plenamente válidos; c) pouca ou nenhuma preocupação com o desenvolvimento intelectual dos treinandos, sobretudo no que tange aos aspectos da educação geral e às formas mais conscientes, ou menos mecanizadas, de atuação no serviços. (BRASIL, 1982, p. 5)

Nos antecedentes desse processo, destacam-se o Serviço Especial de Saúde Pública (Sesp) que funcionou entre 1942 e 1960, subordinado ao então Ministério da Educação e Saúde e a Fundação Especial de Saúde Pública, criada em 1960, que atuou até 1990, vinculada ao Ministério da Saúde. O Sesp tinha entre suas atribuições preparar profissionais para o trabalho de saúde pública, incluindo o aperfeiçoamento de médicos e engenheiros sanitaristas e a formação das enfermeiras de saúde pública, assim como o treinamento de técnicos. Por sua vez, destaca-se entre os objetivos da Fundação Sesp o de promover a formação e o treinamento de pessoal de nível técnico e auxiliar para a execução das atividades previstas em seus serviços e programas, compreendendo a capacitação em serviço de profissionais e a preparação de pessoal de nível médio. Entre os trabalhadores que participaram dessas iniciativas de formação e trabalho estavam os laboratoristas, auxiliares hospitalares, guardas sanitários, auxiliares de saneamento, higienistas dentárias, ecônomas, visitadoras sanitárias e parteiras leigas.

Na década de 1970, entre os programas de extensão de cobertura, destaca-se o Programa de Interiorização de Ações de Saúde e Saneamento (Piass) que, instituído inicialmente na região Nordeste, em 1976, alcançou expressão nacional a partir de 1980. Este programa promoveu o treinamento de pessoal auxiliar no interior dos serviços de saúde, tendo sido responsável pela capacitação de muitas pessoas oriundas das comunidades assistidas. Este é o caso dos agentes

de saúde capacitados pelo Projeto de Expansão de Serviços Básicos de Saneamento em área rural, Vale do Ribeira, que se tornou conhecido como Projeto Devale, representante da etapa nacional do Piass.

Nessa mesma época, teve papel importante na formação dos trabalhadores da saúde o Programa de Preparação Estratégica de Pessoal de Saúde (PPREPS) que se desenvolveu a partir de um acordo de cooperação técnica entre o Ministério da Saúde e a Organização Pan-americana de Saúde. O PPREPS defendia a preparação em larga escala de pessoal de saúde de nível médio e elementar de forma a adequá-los a um processo de expansão de cobertura conforme as necessidades e possibilidades apresentadas pelas diversas áreas do país.

Na década de 1980, foi criado o Programa de Formação em Larga Escala, que buscou responder a duas necessidades básicas do campo denominado de recursos humanos em saúde: a promoção e a melhoria da formação dos trabalhadores de nível médio e fundamental. Esse programa associou o ensino supletivo ao treinamento em serviço e conferiu habilitação reconhecida pelo sistema educacional. Entre os resultados positivos alcançados pelo Larga Escala está a definição de parâmetros mínimos para a qualificação dos trabalhadores de nível médio e fundamental da saúde e a implementação de centros formadores. Sua história está, assim, bastante implicada com o desenvolvimento das Escolas Técnicas de Saúde do SUS que passam a integrar a Rede de Escolas Técnicas do SUS (RET-SUS) a partir da década de 1990.

Nos anos 90, ganha centralidade o Profae - Programa de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem, que promoveu a formação de auxiliares e técnicos de enfermagem. Esse programa teve um papel fundamental na consolidação das Escolas Técnicas do SUS, que receberam financiamento para o desenvolvimento dos cursos nessa área e aporte de recursos para a aquisição de equipamentos e melhorias.

Por fim, já nos anos 2000, com a criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES), no Ministério da Saúde, no primeiro governo Lula, foi implementada a política de Educação Permanente, que perpassava todos os níveis de formação em saúde, incluindo, portanto, a educação profissional. Merece destaque, nesse período, a criação do curso técnico de agente comunitário de saúde, de cuja formulação a EPSJV participou ativamente. Colocando no centro do debate um trabalhador que já era então considerado fundamental para a estratégia de Saúde da Família, essa decisão baseava-se na convicção de que, aos trabalhadores da saúde, deveria ser garantida, no mínimo,

a formação técnica — uma situação exemplar do incentivo à ampliação de escolaridade que já marcava as políticas de educação profissional em saúde há muitos anos, com diferentes concepções, mas com as quais a Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio sempre dialogou, sem negar ou ocultar as contradições.

Por outro lado, a EPSJV tem, ao longo desses 25 anos, acirrado o combate à ideia de educação dos trabalhadores da saúde como adaptação ao modo de produção capitalista. Dessa forma, nega ideologias como o capital humano e sua reafirmação através do conceito de empregabilidade, compreendendo que estas têm cunho liberal e individualista — e, além do mais, fazem promessas que não podem cumprir.

Há que se registrar ainda a oposição a uma ala mais eufórica do pensamento dito pós-moderno, que defende que a escolaridade formal e a própria criação de escolas e centros qualificados de formação técnica e profissional seria dispensável no mundo do capitalismo global e sua tecnologia avançada. Em resumo, bastaria ao trabalhador ter acesso aos meios de comunicação de massa e às novas tecnologias de informação para garantir uma base importante de conhecimento sobre o mundo no qual vive e está o tempo todo inserido. Não é necessário ir muito longe para mostrar a fragilidade e a falta de alcance crítico dessa posição. É difícil imaginar a educação, o conhecimento sistemático e articulado, a formação profissional qualificada e crítica, em todos os níveis, inclusive no médio, digamos assim de maneira direta e incisiva, pela telenovela, pelo programa de auditório, pelo telejornal noturno, pela parada de sucessos, pelos filmes de massa. Da mesma forma, é difícil imaginar o caráter crítico e formativo, produtor de conhecimento, pela via da integração passiva no mundo dos mitos e banalidades de massa que, no entanto, ocupam os corações e mentes da maioria da população de maneira constante, insistente e profunda. Basta que não se esqueça que a comunicação urbana de massas é mera extensão do mundo da mercadoria e suas imagens reproduzidas, que atua de forma regressiva e mistificadora sobre as consciências e os desejos dos receptores, reduzindo-os ora ao infantilismo, ora à vulgaridade repressiva, em geral a uma percepção pobre e fragmentada, desarticulada e sem capacidade crítica, dos processos sociais que realmente importam.

Nas brechas das contradições (e da legislação)

Ao iniciar as suas atividades, a EPSJV — criada com inspiração nos Politécnicos da Nicarágua e Cuba — instituiu, ao mesmo tempo, cursos de

formação profissional para trabalhadores inseridos no sistema de Saúde, respondendo à política de formação do Ministério da Saúde, e o curso técnico de 2º grau, a partir do caráter profissionalizante estabelecido pela Lei 5692/71. Entendendo, como já visto, a formação de trabalhadores como a formação da classe trabalhadora, a EPSJV sabia que a realidade brasileira colocava — como coloca ainda hoje — o desafio de formar tanto aqueles que já atuavam no sistema de saúde, aos quais foi negado o direito à formação profissional e, muitas vezes, à escolaridade de um modo geral, qualificando-os para o atendimento à população, quanto os jovens em idade escolar, preparando-os para se inserir de forma crítica no campo e no sistema de saúde, e, portanto, agindo “preventivamente” no sentido de não produzir mais exclusão.

Nessa origem da EPSJV estava posto também em outro sentido o desafio de agir nas brechas do existente: respeitar a legislação (5692/71), ao mesmo tempo em que se opunha a ela no seu aspecto político, na sua concepção de trabalho, de educação e de saúde, integrando a formação geral à formação técnica em saúde e criando a Iniciação Científica na Educação Básica. Portanto, data de 25 anos atrás, na EPSJV, a instituição do ensino técnico integrado ao ensino médio, que hoje, depois de reformas liberais que atingiram fortemente a educação, tornou-se, finalmente, eixo estruturante da política de educação profissional do Ministério da Educação.

A EPSJV tinha apenas 12 anos de existência quando, em 1997, um artigo da recém-aprovada Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional foi regulamentado pelo Decreto 2208/97. No âmbito das políticas educacionais, a LDB, promulgada em 1996, havia frustrado as organizações que defendiam a Escola Pública. Sobre os rumos da política governamental do período, nos diz Frigotto:

A noção de *empregabilidade* e, mais recentemente, de *trabalhabilidade*, que aparece nos documentos do Ministério do Trabalho e do Ministério da Educação, ou a noção de *laborabilidade*, da conselheira Guiomar Namó de Melo, assenta-se sobre a compreensão de uma natureza humana sem história. O pressuposto, desde Locke e Hobbes, é que os seres humanos são portadores de uma natureza igual. Nessa natureza estão inscritos desejos, estímulos e predisposições que os impulsionam à busca do bom, agradável e útil. Estes impulsos, por estarem em todos, no pressuposto naturalista e racionalista, conduzem ao sofisma de que depende de cada um utilizá-los em seu favor. Se isso ocorrer, estabelece-se o equilíbrio e a necessidade de troca entre iguais. Se alguém

não utiliza essas forças, a escolha é dele, pois é livre, mas as consequências pesam sobre ele. (FRIGOTTO, 1999, p. 46)

Para a educação profissional, o decreto 2208/97 era a consolidação de uma série de reformas liberais pelas quais a educação vinha passando. Na contramão das reivindicações os grupos progressistas ligados à educação e, especificamente, da concepção de politécnica, o decreto 2208/97 separava a educação básica (ensino médio) da formação profissional (ensino técnico), formalizando, na letra da lei, a dualidade educacional que estabelece também na educação uma divisão de classes sociais. Pela concepção que embasou o referido decreto, naturaliza-se (ou, mais do que isso, incentiva-se) um sistema educacional orientado para formar, de um lado, a classe dirigente, premiada com o acesso a conhecimentos gerais, históricos, científicos e filosóficos, de quem se espera a continuidade dos estudos e o acesso à universidade, e, de outro a classe trabalhadora, a quem se ensina o fazer, e de quem se espera a reprodução de um “destino” de exploração já traçado pelo capital.

As mudanças trazidas pelo decreto 2.208/97 explicitavam também o seu caráter focal face ao desemprego e o subemprego. O discurso de empregabilidade e do desenvolvimento apontavam para a incapacidade (e a conseqüente culpa) dos trabalhadores. E, como nos diz Frigotto, não consegue “mascarar que tal perspectiva não ataca as causas do desemprego, mas assume abertamente uma função de intervenção focalizada cujo resultado é de tratar as conseqüências”. (PEREIRA, 2002, p. 37))

Durante sete anos, até a revogação desse decreto por outro, de nº 5154/2004, a integração que era proibida na matrícula foi exercitada, testada e aprimorada no currículo da EPSJV, num processo em que foi sendo construída e consolidada cada vez mais uma formação que não abre mão da integração entre trabalho, ciência e cultura. Nesse sentido, a EPSJV sempre atuou de forma contrária à dualidade que ainda precisa ser superada no sistema escolar brasileiro, reforçando as trincheiras da luta pela escola única, pelo ensino público e pela garantia do acesso às possibilidades educativas a todos os brasileiros, sem distinções pré-definidas.

No segundo mandato do governo Fernando Henrique, observou-se também o financiamento de programas, em nível nacional, voltados para a qualificação de trabalhadores da Saúde. Porém, parte significativa desse financiamento foi proveniente de “empréstimos” do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), do Banco Mundial (BIRD) e do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Ou seja, a política governamental nesta e em outras áreas foi feita às custas do endividamento do país, o que prejudicou o seu desenvolvimento econômico e abalou a sua autonomia política.

A crise das economias dos países “ricos”, conjugada com a reestruturação produtiva e tecnológica e com o desenvolvimento da globalização exigiu, para a manutenção do capitalismo, que as agências financeiras internacionais impusessem uma nova ordem mundial, acentuando o projeto neoliberal em ascensão. Como podemos observar, o Banco Mundial e o BID intervêm, ditam e controlam, diretamente, as políticas dos países periféricos, incluindo as políticas de educação profissional nos diversos setores.

Se há um jogo desigual da concentração e distribuição dos capitais financeiros voláteis, também há uma distribuição desigual dos ganhos tecnológicos e competitivos postos pela chamada globalização. Seus defensores lembrariam que a competição tecnológica tende a ser benéfica, tanto para a sociedade quanto para os trabalhadores, melhorando a qualidade das mercadorias e serviços, a qualificação profissional dos envolvidos, assim como sua participação na renda nacional bruta, que também tenderia a ser mais bem distribuída. No entanto, temos experimentado a comprovação, empírica e direta, de que na realidade as coisas não acontecem assim: na verdade, a nova ordem econômica global não supera — apenas repropõe, em outros termos — as heranças coloniais dos países pobres do Terceiro Mundo e da periferia do capitalismo.

Na primeira década do século XXI, observou-se a valorização de uma política de expansão e reformulação da Educação Profissional, no âmbito das políticas educacionais do governo Lula. Um dos marcos desse processo, como já apontado, foi a revogação do Decreto 2208/97 e a instauração do Decreto 5154/2004. Como ressaltam Frigotto, Ramos e Ciavatta (2005)

A gênese das controvérsias que cercam a revogação do Decreto n. 2.208/97 e a publicação do Decreto. 5.154/2004 está nas lutas sociais dos anos 1980, pela redemocratização do país e pela “remoção do entulho autoritário”. Temos como marco, de modo particular, a mobilização do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, em defesa de um sistema público e gratuito de educação, que deveria tomar forma no capítulo sobre a educação na Constituinte e em uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

A instituição do Decreto 5154, como nos dizem os autores mencionados acima, é engendrada nas disputas de uma luta teórica em termos da pertinência político-pedagógica do ensino médio integrado à educação profissional. A EPSJV, que já praticava desde a sua origem o “ensino técnico integrado”, como vimos, continua o seu projeto pedagógico, agora sem a necessidade de duas matrículas, em consonância com o novo decreto e, mais do que isso, com a nova política.

Hoje, a EPSJV, que participou ativamente de instâncias de discussão e participação social, como a 1ª Conferência Nacional de Educação Profissional e Tecnológica, a Conferência Nacional de Educação Básica e a Conferência Nacional de Educação, além do Fórum Mundial de Educação Profissional e Tecnológica, todas realizadas nos últimos anos, é personagem de uma política que defende nacionalmente o ensino médio integrado e a não desvinculação entre formação geral e formação para o trabalho.

Também no campo da saúde, a defesa incondicional do Estado como espaço de disputa pela garantia de direitos sociais, levada a cabo pela Escola Politécnica em todos os seus níveis de atuação, tem representado um movimento de nadar contra a corrente. Como já afirmamos, fruto do processo de redemocratização da sociedade e do movimento da Reforma Sanitária, em 1988, foi criado, pela Constituição Brasileira, o Sistema Único de Saúde que instaurou, dentre outros pontos, a seguridade social, a saúde como direito de todos e dever do Estado. Mas, ainda nessa mesma década, teve início, por exemplo, um crescimento da rede privada como parte integrante do processo de acumulação capitalista. Dito de outra maneira, o cenário econômico, político e social do qual emergiu o SUS, que advoga uma desmercantilização da saúde, apresentava-se contraditório e conflituoso. Os direitos sociais recém-conquistados seriam logo “sustentados” por políticas neoliberais que, como parte do pacote, instituíram a valorização da gestão da saúde orientada pela noção de custo/efetividade ou custo/benefício. Como nos lembra Escorel (1998), o SUS proposto, oriundo da Reforma Sanitária, pelas contradições inerentes ao movimento do capital, se tornou, na sua implementação, um meio que não questiona a contento a ordem social capitalista. Não foi à toa, por exemplo, que na última década do século XX e neste início do século XXI, a proclamada Parceria Público-Privado (PPP), regulamentada em 2004, se tornou objeto de adesão mesmo de alguns defensores das ideias da Reforma Sanitária.

Municípios e estados brasileiros, embasados pelos entraves no financiamento do SUS, e pela necessidade de dar respostas rápidas às demandas de saúde

da população, no período dos seus mandatos nos governos, veem na PPP um modo de execução mais rápido. Porém, como sabemos, o que parece facilitar as ações públicas, na medida em que pode utilizar aparato já construído do privado, por outro lado faz com que o Estado financie o sistema privado, possibilitando, portanto, a acumulação do capital, sem que necessariamente, salvo algumas exceções, melhore as condições de saúde da população (PEREIRA, 2008).

Francisco de Oliveira, em “O Estado e o Urbano” (1982), considera uma das melhores afirmativas sobre a relação público/privado a frase de Celso Furtado segundo a qual “O Estado entra com a socialização das perdas e o privado com a privatização dos lucros”.

O discurso da relação público-privado empregado como fundamental para sanar problemas econômicos e sociais não altera o objetivo da produção de valor, apenas repropõe uma nova dinâmica, ao apontar o “Estado mínimo comprador” como solução para a já recente crise do que se chama de neoliberalismo. Isso significa que o Estado precisa ser fortalecido, não para garantir a saúde como direito de todos, como defendia o movimento da Reforma Sanitária, mas para financiar o privado e, com isso, aumentar a acumulação capitalista. Como nos diz Harvey: “Os livres mercados têm como ponto de apoio o poder do Estado”. (2004, p. 236)

Estado e movimentos sociais

As ações educativas políticas e técnicas da EPSJV se constroem a partir do seu lugar como instituição de Estado. Nesse movimento, a concepção com a qual trabalha compreende, a partir da leitura de Marx, o Estado como instância não neutra, constituído como resultante da luta de classes na sociedade capitalista. Tal concepção é incompatível com a visão hegemônica de Estado como um ordenador naturalmente justo e isento da vida pública, capaz de promover de forma desinteressada políticas para o conjunto da sociedade.

O conceito marxiano de Estado complementa-se em Gramsci (1987), que amplia esta compreensão para além do âmbito do Estado em sentido estrito, representado pelos seus aparelhos institucionais, executivos e repressivos, e inclui a sociedade civil, constituída pelos sujeitos políticos coletivos, que o autor nomeia como aparelhos privados de hegemonia.

No Estado assim compreendido, as políticas públicas são objeto de disputa de projetos distintos, em relação aos quais a Escola Politécnica tem se

posicionado, ao longo desses 25 anos, a favor daqueles que defendem a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, compromissada com o desenvolvimento da saúde e da educação pública como direitos da população brasileira. A missão da EPSJV consiste em promover a formação dos trabalhadores de nível médio da saúde e contribuir para a formulação e a implementação de políticas, programas e projetos voltados para o aperfeiçoamento dessa formação. Como noção fundante, a educação politécnica desenvolvida na EPSJV, como vimos, parte do conceito do trabalho como princípio educativo, e de investigações pautadas pelo método histórico-dialético.

Nos últimos anos, não ignorando os variados territórios e a existência de diferentes culturas no nosso país, a EPSJV busca os movimentos sociais e os órgãos governamentais com políticas pertinentes, para ajudar a ampliar e aprofundar a formação técnica na saúde da população do campo, da população indígena, das quilombolas e demais povos da floresta. Busca, enfim, uma aproximação com os movimentos sociais, que qualifique seu lugar de instituição de Estado na disputa de hegemonia.

Entendendo a educação na saúde como uma luta entre projetos antagônicos de sociedade, e ocupando espaços na defesa de uma educação voltada à emancipação, pautada por um projeto de formação humana contra a desigualdade e outras mazelas produzidas por essa construção histórica chamada capitalismo, a Escola Politécnica segue a sua trajetória, que é a história de um projeto coletivo a favor da classe trabalhadora. Neste caminho, que torna o pensamento utópico necessário para a criação do novo, se evidencia a permanência de todo um projeto voltado à educação e à saúde pública, a firmeza na defesa das ideias, o crescimento profissional dos sujeitos, o respeito pela diferença e o rigor crítico.

Em épocas de recuo e derrota das forças progressistas, como a que estamos vivendo, uma teoria crítica é mais do que nunca necessária, mesmo quando se sabe que educar para a emancipação, contra o conformismo, não é tarefa fácil quando o próprio horizonte histórico da superação do capitalismo parece ter desaparecido. Trata-se, portanto, de *educar para o difícil*, que é sinônimo de crescer enfrentando resistências de todo tipo, sem por isso aderir ao conformismo, porque aderir ao existente significa concordar e afirmar a violência e a injustiça. Cabe à escola trabalhar na direção do difícil, do que precisa ser longa e pacientemente elaborado, do que se constrói com rigor e determinação. Facilitar, na educação, significa entregar o pensamento aos lobos, deixando sempre os mais fracos, os mais explorados e oprimidos, incapazes e indefesos diante do que

não entendem e, portanto, não sabem como mudar. Educar para o difícil na formação dos trabalhadores significa não banalizar o conhecimento a ele “ensinado”, não achar que só a prática cotidiana dos locais de trabalho (escolas, meios de comunicação, serviços de saúde, indústrias etc) ensina. E esse é o respeito que se deve ao trabalho das gerações, que vivem e lutam em nosso país e no mundo.

Este projeto de Escola é também projeto de país, de uma sociedade justa e civilizada. Aos trabalhadores e estudantes caberá sempre, e de maneiras diversas, lutar pela liberdade e pela emancipação humana, condição para haver futuro feito por todos.